

**CRIANÇAS INDÍGENAS NO SUL DA PROVÍNCIA DA BAHIA OITOCENTISTA:  
notas para uma história das crianças indígenas no Extremo Sul Baiano**

INDIGENOUS CHILDREN IN THE SOUTHERN PROVINCE OF BAHIA IN THE 19TH  
CENTURY: notes for a history of indigenous children in the extreme south of Bahia

Jilnete Silva Santos<sup>1</sup>

Paulo de Tássio Borges da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como referência a tentativa de compor uma história das crianças indígenas no atual Extremo Sul Baiano, nas tramas complexas do que foi a vida de crianças indígenas no período Oitocentista do Sul da Província da Bahia, contribuindo no preenchimento de vácuos e lacunas nos estudos das crianças e infâncias nessa região. Assim, adotamos uma metodologia de análise documental de forma indiciária, constatando que a presença de crianças indígenas na citada região, foi marcada de maneira intensa em processos de agenciamentos e resistências. As ausências e lacunas foram tomadas como problemáticas desse estudo, sendo encaminhadas com as seguintes questões norteadoras: em que medida nos estudos historiográficos sobre crianças indígenas têm contribuído na perpetuação de preconceitos e racismos no atual Extremo Sul Baiano? Como a construção de uma história das crianças indígenas contribuirá com políticas públicas para as crianças e infâncias? O estudo teve como objetivos: a) pesquisar a presença de crianças indígenas no período Oitocentista no Sul da Província da Bahia; b) analisar a circulação de crianças indígenas (kurukas) no citado período no Extremo Sul Baiano. Como caminho metodológico na elucidação das problemáticas e objetivos delimitados, o texto apresentou a abordagem qualitativa, sendo utilizada a análise documental, bem com uso de fotografias e outras imagens, operando com elementos da *etnoprinfografia*.

**Palavras-chave:** História; Crianças Indígenas; Sul da Província da Bahia; Período Oitocentista.

**Abstract:** The present research has as reference the attempt to compose a history of indigenous children in what is now the current Far South of Bahia, in the composition of complex plots of what was the life of indigenous children in the 19th century in the south of the Province of Bahia, contributing to fill gaps and gaps in the studies of children and childhood in this region. Thus, we adopted a documentary analysis methodology in an evidentiary way, noting that the presence of indigenous children in what is now the current Far South of Bahia was intensely marked in processes of agency and resistance. Absences and gaps were taken as problematic in this study, being addressed with the following guiding questions: To what extent have absences and gaps in historiographical studies on indigenous children contributed to the perpetuation of

<sup>1</sup> Professora da rede municipal de Teixeira de Freitas - Ba. Especialista em História, Cultura e Sociedade pela UNEB - Campus X. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2107-2598> . E-mail: [jilnete\\_santos@hotmail.com](mailto:jilnete_santos@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor adjunto no Departamento de Educação - DED, Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR - Universidade Federal Fluminense - UFF. Rio de Janeiro-RJ. Doutor em Educação pelo ProPEd-UERJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7653-1404> . E-mail: [paulotassio@id.uff.br](mailto:paulotassio@id.uff.br).

prejudice and racism in what is now the Far South of Bahia? How can the construction of a history of indigenous children contribute to the construction of public policies for children and childhood? The work has the following objectives: a) to research the presence of indigenous children in the 19th century in the south of the Province of Bahia; b) analyze the circulation of indigenous children (kurukas) in the 19th century in what is now the extreme south of Bahia. As a methodological path in the elucidation of the problems and delimited objectives, the work operates with a qualitative approach, using document analysis, as well as the use of photographs and other images, operating with elements of ethnoprintography.

**Keywords:** History; Indigenous Children; South of the Province of Bahia; Nineteenth century period.

### Considerações iniciais

A presente pesquisa é um exercício para a construção de uma história das crianças indígenas no atual Extremo Sul Baiano, contribuindo no preenchimento de vácuos e lacunas nos estudos sobre as crianças e infâncias nessa região. Essa tentativa é marcada por um emaranhado de fios em tramas complexas do que foi a vida de crianças indígenas no período Oitocentista do Sul da Província da Bahia.

Na composição desse mosaico, algumas rachaduras se aproximaram, mas outras ainda permanecem distantes, sendo necessárias outras pesquisas. Não obstante, para construção desse estudo as informações sobre as crianças indígenas foram observadas atentamente em outras pesquisas. Adotamos uma metodologia de análise documental de forma indiciária, constatando que a presença de crianças indígenas no atual Extremo Sul Baiano foi marcada de maneira intensa por processos de agenciamentos e resistências, revelando e embasando estudos contemporâneos e a construção de políticas públicas para as infâncias e crianças na citada região. No texto foi utilizado ainda de elementos da *etnoprintgrafia*, entendida como “textoimagem para pensarmos numa pedagogia do olhar, nesse caso especificamente numa educação antirracista” (BORGES, 2019, p. 79), numa tentativa de compor o mosaico que se tornou essa pesquisa, costurando informações sobre as crianças e as infâncias.

Neste sentido, evidenciou-se como problema no estudo sobre as infâncias e crianças a ausência de pesquisas historiográficas sobre crianças indígenas. Essas ausências e lacunas foram tomadas como problemática desse estudo, sendo encaminhada com as seguintes questões norteadoras: em que medida as ausências e as lacunas de estudos historiográficos sobre crianças indígenas têm contribuído na perpetuação de preconceitos e racismos? Como a construção de uma história das crianças indígenas contribuirá com a construção de políticas públicas para as crianças e infâncias?

Se um dos caminhos para evidenciarmos as “histórias invisíveis” é a teoria da afetação, então que seja assim, para os (as) pesquisadores (as) e os (as) professores (as), narrarem as histórias também dos territórios e as narrativas que ainda não foram relatadas.

Registros demonstram variados tipos de violências contra os povos indígenas. Segundo o Ministério da Saúde (MS),<sup>3</sup> as mortes de crianças indígenas são 56% maiores que crianças não indígenas na mesma idade. Sendo urgente percebermos que as mobilizações pelas infâncias indígenas importa, enquanto seguem sendo alvos de constantes ataques.

Batista (2015) convoca a distinguir aspectos diferenciando as crianças e as infâncias, os direitos e protagonismos social. Neste diálogo, essas notas aqui tecidas consideram diferentes expressões de crianças e infâncias que circularam e circulam na região do Extremo Sul da Bahia, sejam em creches, pré-escolas, nos centros e nas periferias. Crianças oriundas muitas vezes de famílias indígenas na região, lidas muitas vezes como caboclas, e com experiências de vida marcadas e vinculadas as crianças indígenas (*kurukas*), sobrevivendo à venda e escravidão no período Oitocentista.

As lacunas, de certa forma, reverberam na ausência de cuidados com essas infâncias e crianças nos dias atuais, como por exemplo, o caso de algumas manchetes locais envolvendo crianças Maxacali<sup>4</sup> na praça do município de Teixeira de Freitas- Bahia.

**Imagem 01:** *Etnoprintgrafia* – Jornal o Sollo.



Fonte: Jonal O Sollo

Vejamos um trecho da matéria:

<sup>3</sup>Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2016/12/17/am-mortes-de-criancas-indigenas-e-56-maior-do-que-de-nao-indigenas/>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

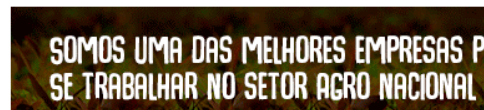
<sup>4</sup>Segundo a Convenção da Associação Brasileira de Antropologia - ABA de 1953, nomes de grupos étnicos do Brasil são grafados no singular e com inicial maiúscula em artigos acadêmicos.

SANTOS, Jilnete Silva; SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Crianças indígenas no Sul da Província da Bahia Oitocentista: notas para uma história das crianças indígenas no Extremo Sul Baiano. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 2, p. 23-39. 2023.

Uma criança indígena que aparenta ter cerca de 3 anos foi encontrada amarrada a uma estrutura de ferro, semelhante a uma barraca, na Praça da Bíblia, no Centro de Teixeira de Freitas, no Sul na Bahia, na manhã de terça-feira (24). De acordo com a polícia, moradores da região acharam o menino e acionaram a polícia, que chamou a Assistência Social e o Conselho Tutelar do município. Moradores informaram que uma mulher indígena havia sido localizada no bairro de Timotão, bem distante de onde o menino foi achado, e identificada como a mãe do pequeno. [...] Segundo Sirlene, a mulher e a criança fazem parte de um grupo de cerca de 50 indígenas que vagam pela região pedindo esmolas e bebendo. O grupo pertence à localidade de Machacalis, em Itanhém, próximo à divisa com Minas Gerais. Segundo a assistente social, cerca de 20 crianças vivem com o grupo, e não se sabe como nem por que os indígenas saem de sua região rumo a Teixeira de Freitas. Alguns deles dizem que chegam ao local pedindo carona, fato que gera desconfiança entre as autoridades. (Fonte: Yuri Girardi e Danutta Rodrigues/G1.2014)

Para apresentar essa *etnoprinfografia* no trecho da matéria é uma tentativa de refletir a predominância na região de um não pertencer à ancestralidade indígena, sendo o povo Maxakali tratado como intrusos. Percebemos que além da falta do conhecimento das expressões socioculturais indígena, existe um estranhamento por parte da população, pensando que os povos indígenas não fazem parte do território onde atualmente habitam, devendo retornar para os locais originários. Vejamos mais um exemplo local:

**Imagem 02:** *Etnoprinfografia* – Jornal o Sollo.



Home Meio Ambiente Política Economia Colunistas ▾ Localidades Edição Impressa

Início > Destaque1

## Ocupação dos índios Maxakali na praça da cidade traz consequências ao local

Por Redação Jornal O Sollo - 24 de junho de 2016 - 15:46

Fonte: Jonal O Sollo

Observemos o relato da matéria:

O que era um cartão postal da cidade de Teixeira de Freitas se tornou um lugar de sujeira, destruição e muito mau cheiro. A Praça da Bíblia, no coração da cidade, foi novamente tomada por um grupo de índios Maxakali. O grupo permaneceu na cidade por mais de 20 dias, sem que nenhuma autoridade competente tomasse nenhuma providência, para acolher e cuidar dos índios, deixados à sua própria sorte. Nem

mesmo os órgãos de defesa e proteção do povo indígena, se manifestou no apoio ao grupo que esteve na cidade. Maxakali é a denominação de um grupo indígena que habita três porções de terras descontínuas nos municípios de Santa Helena de Minas, Bertópolis, Ladainha e Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, no nordeste do estado de Minas Gerais. Como a população indígena possui legislação própria, e suas questões são tratadas pela FUNAI- Fundação Nacional do Índio, pouco pode ser feito pelo município de Teixeira de Freitas. (Por osollo.com.br/ Lúcio Andrade/Jornalista/MTb 4232).

As matérias expressam discriminação contra os povos indígenas, preconceitos fazendo parte de um racismo estrutural na referida região. Por isso a necessidade de compor e trazer as narrativas sobre crianças indígenas, em muito contribuindo com reescritas e relações sociais respeitadas. As discriminações em relação as questões raciais e étnicas atravessam as populações indígenas, não sendo as crianças poupadas. Assim, evidenciar relatos acerca de crianças indígenas no Extremo Sul Baiano é construir compromissos de reparação histórica, possibilitando caminhos de esperança para os povos indígenas ainda alijado da sociedade.

### **As crianças indígenas (*kurukas*) como mercadoria**

A realização de pesquisas em Antropologia, especificamente na Etnologia Indígena, na História e na Linguística possibilitam os atuais conhecimentos aprofundados a respeito das populações indígenas habitando no Brasil. Entretanto, raramente esses conhecimentos circulam fora dos ambientes acadêmicos. Também é frequente encontrarmos perguntas e afirmações com equívocos, expressando preconceitos e estereótipos, que nada têm a ver com as situações vivenciadas pelos povos indígenas.

Sobre o termo *Kuruka*, foi pontuado que:

*Kuruka*, palavra na língua Borum que significa criança. Esse termo é de uso comum, assim como Boticudinho, para referir-se às crianças aprisionadas e distribuídas entre os colonos e autoridades a pretexto de esses se responsabilizarem por sua educação (PARAISO, 2006, p.92).

Os estudos de Paraiso (2006, 2011) retratam o período Oitocentista nas províncias da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, possibilitando uma reflexão acerca do rapto, venda e a escravização das crianças indígenas nas regiões, onde predominou a posse das *Kurukas* aos interesses políticos. As pesquisas também apresentaram as ações jesuíticas, legislativas e particulares sobre o apresamento de mulheres, e mais especificamente, crianças.

Numa breve análise, desde 1500, os povos indígenas foram desapropriados das línguas, expressões socioculturais, famílias e os territórios. No século XVIII não foram poupadas as mulheres e as crianças indígenas. A partir de 1548, as decisões de colonos, da Coroa Portuguesa

e governantes, ordenaram a criação de aldeamentos para suposta ressocialização dos povos indígenas. Como descreveu Paraíso (2006, p. 41), nos projetos coloniais da época o intuito era “resgatá-los do estado de bárbarie e do domínio do demônio”, sendo essa narrativa cristã uma articulação da empresa colonial na construção de governos autoritários na exploração de crianças indígenas.

Fizeram-nos concentrar na educação dos curumins, na esperança de promover, simultaneamente, a conversão e a civilização em caráter irreversível, retirando-os do domínio da natureza e trazendo-os para o da cultura européia. Pretendiam extirpa-lhes os indícios da bestialidade e dos “maus hábitos”[...] (PARAÍSO, 2006, p.43)

A partir do final de 1550 a obtenção da mão de obra indígena para o trabalho escravizado ficou restrita aos capturados pela “guerra justa”. A partir de 1756, a educação dos curumins (crianças indígenas) foi entregue a particulares e aos diretores de aldeias, devido a expulsão dos Jesuítas com o Marquês de Pombal. Sobre esse período no Sul da Província da Bahia,

[...] a educação indigenista a partir do Diretório de Índios em Porto Seguro se deu em práticas interculturais “civilizantes”, sobretudo no ambiente doméstico, onde seria construído o *modus vivendi* português. Neste sentido, cabiam aos colonos os cuidados com a mão-de-obra indígena nas lavouras e em casa, na elaboração de práticas pedagógicas que pudessem inculcar facilmente os novos valores da “civilização”, em detrimento das demais práticas étnicas que estes traziam para o convívio (SILVA, 2017, p. 216).

Essa educação para os indígenas após a expulsão dos Jesuítas, teve “[...] uma aproximação com o que Vasconcelos (2005) chama de “educação doméstica”, uma vez que os aprendizados ocorriam na casa dos colonos, mantendo um afastamento com os pais indígenas” (SILVA, 2017, p. 216). O autor ainda escreveu:

[...] podemos nos valer da pesquisa de Araújo (1999) analisando o perfil do leitor colonial no Brasil, onde o mesmo nos diz que “[...] as ações e reações da reforma pombalina tiveram ressonância na vida intelectual e na atitude leitora brasileira” (ARAÚJO, 1999, p. 108). Neste sentido, vislumbrava-se em solo brasileiro uma vida intelectual que certamente não estava nas casas em que se destinavam as crianças negras e indígenas, a estas era destinada e esperada uma educação para o trabalho, em que se retirassem os costumes de “bárbaro”. Como educação doméstica Vasconcelos (2005) conceitua como “[...] práticas educativas que ocorriam na casa dos aprendizes sob a responsabilidade de seus pais que se encarregavam eles mesmo de exercê-la ou contratavam, para esse fim, mestres, professores particulares ou preceptores” (VASCONCELOS, 2005, p. 11). Nesta perspectiva de análise, podemos dizer que havia uma educação doméstica, contudo, o Estado Imperial era o grande financiador, uma vez que este quando doava terras aos colonos exigiam destes entre outras funções, a educação de crianças indígenas e negras (SILVA, 2017, p. 216-217).

Vale dizer que alguns povos indígenas deixaram de falar as línguas nativas em meio ao violento processo de colonização, contudo, não deixaram de ser indígenas, pois se reconhecem

e são reconhecidos como indígenas, com organizações distintas entre si e diferentes da nossa sociedade. Em um estudo do MEC em 1999, mostrou-se que alguns povos habitando o Nordeste brasileiro, com os ancestrais habitando a costa Atlântica, foram os primeiros impactados com a colonização, [...] como os pataxó da Bahia, que por exemplo, procuram saber o que ainda existe de documentação de sua própria língua pertencente ao tronco Jê, ou visitam os Maxacali em Minas Gerais, que também falam uma Língua Jê (FRANCHETTO, 1999, p.12). Acrescentando a contribuição da autora citada acima, lembramos que a língua estudada pelos Jesuitas nos séculos XVII e XVIII era a Tupinambá, também conhecida como Tupi Antigo; pertence à família Tupi-Guarani, retomada e atualmente revitalizada pelo povo Tupinambá de Olivença e na Serra do Padeira, territórios localizados no município de Ilhéus, no Sul da Bahia.

Sobre o rapto, a venda e a escravização de crianças indígenas, na área do sertão mineiro atualmente, fronteira com o Extremo Sul da Bahia, os indígenas foram a maioria classificados como “bichos selvagens”, considerados inimigos e acusados de atrapalharem o suposto desenvolvimento da região. Foi nessa especulação e invenção que os governantes enviaram expedições para o ataque às aldeias, a fim de conseguir a pacificação e, desse modo, impor a aceitação dos ensinamentos religiosos e o trabalho escravizado. As áreas então seriam desocupadas e cedidas a novos ocupantes, os colonos portugueses que se fixaram no Sul da Província da Bahia, atual Sul e Extremo Sul baiano.

As expedições foram pensadas para o extermínio de povos indígenas que resistissem às autoridades colonialistas. Um dos povos atacados em 1734 para liberarem terras aos colonos foram os chamados Botocudos.<sup>5</sup> Em 1748 vários aldeamentos foram criados para controlar conflitos étnicos; e em 1755, o Governador de Minas Gerais, decretou guerra aos Botocudos atacando o aldeamento do Pomba e em 1782, foi organizada uma expedição para liquidar com quilombolas e caiapós encontrados no campo grande.

[...] era essencial reduzir os conflitos entre os índios recém-chegados ao norte da Capitania, chamados genericamente de Botocudo, que se deslocavam da Bahia em busca de refúgio nas matas do Espírito Santo, e outros grupos ocupantes tradicionais dessa região [...] O governador optou por uma política militarizada para solucionar o problema [...] (PARAÍSO, 2006, p.46).

Se a mineração era importante, a agricultura possibilitou a ocupação efetiva daquela área no sertão da Capitania da Bahia, além do gado. Na Bahia, as “Comarcas de Ilhéus e Porto

---

<sup>5</sup>Os indígenas chamados Botocudos vivenciaram também uma perseguição implacável. Eram acusados de serem terríveis e não aceitarem qualquer contato pacífico. Ressaltando, contudo, que eram denominados como Botocudos todos os indígenas que usavam botoques nos lábios e nas orelhas. Não faziam parte do grupo Tupi e eram considerados hostis ao contato com o “branco” (Amantino, M. Rio de Janeiro, 2005).

Seguro não se mostravam atrativas para os moradores dos sertões do norte da Bahia”, porém, havia “uma presença indígena ainda predominante” (PARAÍSO, 2006, p.47). E onde: “os agricultores não podiam ter acesso à mão de obra africana e o número de índios aldeados não era suficiente para viabilizar as atividades econômicas” (PARAÍSO, 2006, p.47) , sendo também vistos como “selvagens e arredios”. No Espírito Santo, “a solução proposta foi a de estabelecer rotas de comunicação com Minas Gerais” (PARAÍSO, 2006, p.46) e reduzir conflitos com os Botocudos, adotando uma decisão com uso de armas.

No entanto, com a crise advinda da queda do ouro, os projetos pensados e enviados a Rainha D. Maria I e logo ao Príncipe Regente, D. João VI eram em busca de novas estratégias econômicas, com o objetivo de abrir novos caminhos e conquistar territórios, envolvendo também privilégios como doação de sesmarias,<sup>6</sup> livramento a presos políticos, bem como a ideia de uma ponte entre o sagrado e o profano. O governo da Rainha ficou marcado pelas várias substituições de novos secretários ao cargo do Marquês de Pombal, provocando o fim do controle estatal sobre as colônias e uma forte influência da Igreja Católica Romana e a predominância da nobreza sobre o Estado.

Minas Gerais toma então, medidas rígidas no trato da questão indígena. Levando em conta esse cenário, justificativas ideológicas, indígenas desobedientes considerados ‘feras’ indomáveis ou antropófagos, poderiam ser inseridos à legislação que mudava constantemente, e serem escravizados, seriam assim justificados à Guerra Justa<sup>7</sup>. E desta forma, inseridos à mão de obra. Neste sentido, segundo a autora, “sugeria o apresamento das crianças e sua distribuição entre os que se encarregassem de educá-las” (PARAÍSO, 2006, p. 48). E, uma vez não as devolvendo às famílias, como combinado após as promessas de cuidados, muitas morriam devido as exposições aos trabalhos forçados, sendo atribuídas as suas mortes “à sua natureza ou à mudança da alimentação”. Segundo Silva (2017), “no que concerne à educação dos indígenas, há instruções para que se evite os filhos de índios tendo contato com seus pais, incentivando aos não-indígenas o cuidado das crianças a fim de “civilizarem” (SILVA, 2017, p. 215). Assim,

Na conformidade do decretado na Ordenação do Reyno nelle sempre praticado e eu outros da Europa para que era beneficio commum se disponhão para officios e para a soldada todos os filhos orphãos de Pays mechanicos e juntamente daquelles que supposto vivos sejam dementes; o mesmo parece justo se observe com os filhos de

---

<sup>6</sup>Terrenos entregues para ocupação, concedidos por parte do Rei de Portugal, ou um senhor de terra local em trocas de pagamento de taxas e impostos, para o cultivo da área. Durou de 1530 a 1822.

<sup>7</sup> A doutrina da Guerra Justa ( *em latim Bellum iustum on jus ad bellum*) é um modelo de pensamento e um conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável (Felipe Levi)



índios ainda que tenham pay vivos; porque por dementes e prodigos se reputão governados por Directores como seus tutores; e do que para elles rezulta o summo bem se vestirem e de mais cedo na companhia dos mestres ou amos, em tudo espirital e temporalmente se verem civilizados, e para os brancos os de acharem quem os ajude na agricultura e no seu trafico e commercio, e cujo respeito se regulem os Directores pela instrucção seguinte.<sup>8</sup>

Das fontes utilizadas por Paraíso (2006, p. 49) para as narrativas, destacaremos alguns relatos, sendo uma análise sobre as Três Cartas Régias das provincias de BA, ES e MG, que promoveram algumas mudanças na politica indigenista da época, como o combate aos chamados indígenas rebeldes e também a escravização pensada com caráter pedagógico. Nesta perspectiva, foi que “as crianças indígenas voltam a ser vistas como a possibilidade mais viável de promoção da civilização dos Botocudo”. Ainda informou a autora em uma dessas cartas às Minas Gerais, afirmava que terras e sesmarias conquistadas aos Botocudo fossem consideradas desocupadas e tudo que os indígenas produzissem por 12 anos, seriam entregues aos párocos administradores locais, sendo assim:

Quando os indios atraídos eram em pequenos número, deveriam ser distribuidos entre os fazendeiros que assumiriam o compromisso de sustentá-los, vesti-los, educá-los e cristinizá-los em troca do seu trabalho por doze ou vinte anos, quando tivessem menos de doze anos de idade (PARAISO, 2006, p.51)

O efeito da rigidez militarizada foi importante para a expansão das invasões das terras, - áreas entre os rios Pardo e Doce - e à mudança da imagem do indígena foi alterada como novos colonizadores. Tendo a terra, os indígenas poderiam ter novos comportamentos adequados, sendo assim esperado, os colonos, com controle sobre o uso da sua mão de obra.

É nesta espécie de projeto de regeneração que identificamos o comércio de *Kurukas*: venda e doação, datadas dos anos de 1799 e 1804, quando um grupo de Maxakali se recusou a se aproximarem de um vilarejo, tendo receio das crianças serem capturadas, pois tinha ocorrido capturas em Caravelas, na Bahia. A autora analisou as fontes para descrições de Navarro na Bahia de 1808, relatos dos viajantes naturalistas estrangeiros entre 1815 e 1820, Saint-Hilaire 1975, Pohl 1976 e também Wied-Neuwied 1989.

Citando o relato de Navarro, este denunciou no Prado, um juiz criando uma menina de 06 anos, da etnia dos Botocudo, para ser entregue à Corte, mas não a entregando, mentindo sobre o estado de saúde; igual ao vigário de São Mateus, “que detinha uma kuruka que estava

---

<sup>8</sup>Instruções para o governo dos índios da Capitania de Porto Seguro. In: ALMEIDA, Eduardo Castro e (Org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, vol. I, 1913, p. 373-37. *Apud* CORRÊA, Luis Rafael Araújo, 2012.

bem instruída na religião católica e era hábil costureira, entretanto”. Navarro não obteve êxito com as denúncias para a devolução das meninas.

Não sabemos o fim dessas meninas a serem enviadas à Corte, bem como os destinos pensados para as mesmas, sendo a servidão doméstica, até os abusos e violências sexuais a que seriam submetidas. No entanto, sabemos que desde a retirada dos povos de origens, essas meninas estavam sendo violentadas, sendo direcionadas os costumes tidos como “civilizados” e uma religião cristã nada em comum com as cosmologias dos seus povos. Na imagem abaixo temos a ilustração de uma criança Botocuda enviada para uma família em São Paulo.

**Imagem 03:** Menino Botocudo. Desenhado por Aurélio Zimmermann.



Fonte: Domínio público.

Sobre a descrição do desenho, foi pontuado:

Este esperto menino, com idade aproximada de 9 anos, foi capturado em um assalto pelos colonos, mas logo escapou de novo apesar do cuidado amoroso que estava sendo dado a ele. O lábio inferior já mostrava o orifício caracteristicamente masculino, através do qual colocam portam o disco labial. (KOENIGSWALD, 1908, p. 39).

O desenho e a descrição evidenciando os processos de capturas e especulações de crianças indígenas como seres exóticos a serem estudados. Não muito diferente dos colonos,

por atender diversos interesses políticos e econômicos, os naturalistas estrangeiros tinham interesses sobre os Botocudo, cabendo a citação em seguida para compreensão das práticas:

Explica-se, assim, sua ânsia em levar esqueletos indígenas para a Europa, pois seus crânios eram vistos como preciosidades, e sempre que possível, conduzir indígenas vivos, fossem estes crianças ou adultos, o que se constata nos seus relatos e correspondências com os comandantes das Divisões Militares. Supriam o mercado criado pelos expositores em feiras públicas cujas coleções exóticas incluíam mortos, vivos, figuras de cera, objetos eróticos e cenas desmontáveis de assassinatos, crimes e enforcamentos (PARAÍSO, 2006, p.53).

Como observamos na citação acima, inúmeros eram os interesses sobre os povos indígenas, sendo as crianças consideradas objetos exóticos lucrativos para viajantes europeus, como evidenciado na imagem abaixo, onde uma família de Botocudos foi levada enganada para ser exposta na Exposição Brasileira Antropológica de 1882 no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

**Imagem 04** - Fotografias das três mulheres expostas na Exposição Antropológica Brasileira de 1882, de autoria de Joaquim Ayres.



Fonte: Catálogo on-line do Museu Etnográfico de Berlim)

Sobre a família de Botocudos trazida enganada para a citada exposição, o jornal *O Despertador* apresentou o seguinte relato:

Constam de 3 homens, 3 mulheres e 1 menino de 8 a 9 anos de idade. O mais velho dos homens deve ter cerca de 60 anos de idade, é o typo perfeito do botocudo, cara larga, angulosa e repulsiva. Tem as orelhas furadas, mas não o labio inferior, como as duas mais velhas das mulheres, que usam de enormes botoques. [...] Estes índios nada fallam do portuguez. Mostram a maior indiferença pelo aspecto desta cidade e ao

contrario estão desejosos de regressar quanto antes para suas selvas, queixando-se de que os illudiram, pois não contavam vir ter aqui. O Sr. director do museu, porém, conta que em poucos dias se acharão satisfeitos com os presentes que lhes está já fazendo e com o trazel-os em contacto constante com os objectos fabricados pela mesma tribu. Hontem passaram elles algumas horas no museu a tocarem flauta (pelo nariz) e a experimentarem-se ao arco e á flecha. E, na verdade, homens e mulheres pareciam esquecidos da sua nostalgia (O DESPERTADOR, 1822, p. 3).

A família de Botocudos ficou na Corte Imperial do Rio de Janeiro, sendo depois levada para Londres em novembro de 1882, onde mais uma vez enganados,

[...] o *Diario do Brazil* noticia o envio de cinco Botocudos para Londres, com escala no Havre, cidade portuária francesa. Algumas semanas depois se publica na *Gazeta de Notícias* o fato de que alguns desses Botocudos foram os mesmos que figuraram na Exposição Antropológica Brasileira” (VIEIRA, 2019, p. 338)

Denominavam intencionalmente a todos como Botocudos, tendo como objetivo a Guerra Justa. Assim,

Com a chegada da família Real em 1808, é decretada “guerra justa” aos botocudos de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, decretando-se a escravidão temporária para os índios do Brasil. Marcando assim o início da colonização do que hoje é o Extremo Sul baiano, “[...] região, assim resguardada [em que] retardou por alguns séculos o contato dos povos Macro-jê dos sertões do Leste com as frentes pioneiras, inclusive os bandeirantes paulistas, devassadores das matas” (VALLE, 2000, p. 68) (SILVA, 2017, p. 202).

Para Silva (2017) “É notório colocar que a partir de 1808, com a chegada da família Real no Brasil, os Pataxó foram ‘caçados’ e espoliados em nome do ‘desenvolvimento’, impondo a ideia de abrir o litoral para evitar a invasão de Napoleão”. (SILVA, 2017, p. 202). Em nome do suposto desenvolvimento muitas foram as tentativas de domesticação dos grupos indígenas, como observado na correspondência do inglês Carlos Fraser para o Governador da Capitania da Bahia, em junho de 1811.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,  
Caledônia, 8 de junho de 1811.

Sairam efetivamente os gentios bárbaros pela segunda vez aqui no dia 29 de passado, como eu esperava, em número de 60, ficando mais sempre dentro da mata. Pareceram menos desconfiados que a primeira vez e eu lhes tratei como então me pediu, com todo agrado possível, dando-lhes farinha, camisas, lenços, facas, etc. E quitando-lhes a maior parte de suas armas sem ofensa. Convidei-lhes por sinais a sair de uma vez por todas de dentro do mato, porém eles se queixaram que os habitantes da Costa lhes faziam fogo sempre. Efetivamente soube, depois, pela confissão de habitantes brancos da Vila do Prado que, de fato, isso aconteceu e que nunca se há procurado até agora estabelecer um tratado de paz com estes bárbaros, de cuja conduta (imprópria) resultou naturalmente a vingança, hostilidade e mortes, feitas em diferentes partes nesta Costa. Porém me é impossível exterminar a estes habitantes (...) número do mato sem povoar o mesmo mato com 10 ou 12000 europeus. Parece muito melhor tratar de paz e amizade com estes bárbaros de cujo trato, intercurso e comunicação conseqüente a eles se pode ter esperança bem fundadas de amansar a todos estes bárbaros infelizes

dentro de pouco tempo, (...) não menos interessante ao estudo que a humanidade e a religião. E ainda será custoso, pois há de resultar vantagens logo que compensarem abundantemente as despensas de (... ..).

Os gentios se retiraram a segunda vez mais contentes que a primeira, fazendo sinais que haveriam de tornar dentro de poucos dias (...) e eu estou resolvido a tratar-lhes bem, ainda que me seja custoso (... ..) por este meio humano, depois de aprender sua (...) de amansar os gentios bárbaros ao menos até receber as ordens de Vossa Excelência sobre este assunto. E espero que Vossa Excelência me faça o favor de representar ao Governo de Sua Alteza Real no Rio de Janeiro como uma das muitas vantagens resultantes de meu estabelecimento nesta Costa deserta, o muito de ser o primeiro que tem tratado e reduzido a paz a estes bárbaros com gastos avultosos e prejuízos próprios.

Tenho a honra de servir a V. Ex.

Obrigado e fiel criado

Carlos Fraser

Parte dos Maxacali, “aceitaram” o aldeamento compulsório e alguns fizeram alianças com colonos contra os Botocudos, onde entregavam as crianças e também retiravam as crianças capturadas dos grupos de Botocudos, colocando preços variavam mediante idade e sexo, fortalecendo a ideia de indígenas e não indígenas se tornarem “pombeiros”, uma forma estratégica de manterem os conflitos interétnicos e intergrupais, como apontou Paraíso (2006). Uma vez que essa atividade de pombeiro construía alianças, além de remeter remuneração pela captura e venda das crianças. Nas cartas Régias de 1808 há vários relatos envolvendo grupos indígenas comercializando kurukas “principalmente no trecho mineiro de Jequitinhonha” (PARAÍSO, 2006, p.55).

Os relatos de Pohl (1976), Saint-Hilaire (1975) e Wied- NeuWied (1989) apontados por Paraíso (2006, 2011), discorrem sobre conflitos entre os grupos étnicos que se acusavam na prática de rapto de crianças e assim ocorriam brigas e mortes. Muitas vezes, a entrega de crianças também era realizada pelos familiares, considerada a sobrevivência, mas que estes voltassem instruídos na religião e sabendo trabalhar, sendo vendidas por 15 a 20 mil réis; “assim os capitães botocudo guerreavam-se para ter crianças a vender” (PARAÍSO, 2006, p. 56). Nas aldeias atacadas geralmente os homens eram mortos e aprisionavam as mulheres e crianças.

As autoridades tiveram ações e envolvimento com o tráfico de crianças indígenas, contudo, muitos negaram envolvimento. Um militar de Jequitinhonha, Julião F. Leão, falsamente demonstrava ser contra à captura de crianças nas aldeias e aldeamentos; mas era o agenciador a viajantes, de crianças e jovens indígenas. Outro relato na região da Peçanha foi de um comandante do quartel de Santo Antonio, tendo por prática matar todos os homens das etnias e distribuir mulheres e crianças das Kopoxó, Panhame, Kumanaxó e Monoxó e os chamados Botocudos no sentido de civilização. Adiante, líderes indígenas reagem querendo as crianças de volta:

Uma expressão desse sentimento foi a apresentada pelo cacique Joáima a Saint-Hilaire: os portugueses haviam levado quase todas as suas crianças de suas aldeias e nunca mais eles as haviam visto, sendo que o seu povo precisava dos filhos para cultivar a terra. Perguntou a eles se os brancos não possuíam bastante mulheres que lhes dessem os filhos que desejavam (PARAÍSO, 2011, p. 90).

Também os Maxacali tiveram essa reação, ao defenderem as mulheres da impertinência dos soldados em São Miguel, em Jequitinhonha. Ocorria também trocas de meninas por meninos, às vezes indicadas para que “se tornassem mães”. O que supostamente parece evidenciar práticas de atividades sexuais com as meninas indígenas. Em alguns casos de devolução, a menina era trocada por um *Kuruka*, assim os destinos mudavam de acordos as negociações intencionadas:

Alguns eram vendidos pelos mateiros ou autoridades a interessados, outros eram doados como brindes a amigos e autoridades, indicando a construção de alianças e obtenção de benesses por meio desses brindes. Havia os destinados aos naturalistas levados para serem observados na Europa e os encaminhados para o Paço Imperial, atendendo a solicitações do Imperador. Porém, a maioria era usada como trabalhadores domésticos [...] (PARAÍSO, 2011, p. 91).

Alguns colonos adquiriam crianças na faixa etária de sete ou oito anos trazidos dos vários aldeamentos, de Sucuriu, Setubal e Boa Vista, que sucumbiam à morte por não suportarem o trabalho excessivo e longe das famílias. Aos resistentes que passavam pelo processo intenso colonizador que eram submetidos, poderiam ser chamados de agentes transculturais, tornando-se compassivos com os colonos e contra os povos indígenas. Paraíso (2011) relatou que, havendo uma família do Santo Antonio, na Bahia, sendo ameaçada por um gupo Botucudos, o *Kuruka* morando com a família os alertou, mas não acreditaram nele, até ocorrer o episódio e quase todos serem assassinados.

A Constituição de 1824 ignorou os (as) africanos (as) escravizados (as) e também os povos indígenas, negando a cidadania e condicionando-os aos padrões civilizados impostos, sendo pensado um projeto de educação civil e também de ofícios:

Segundo Guido Marlière, comandante das divisões Militares de Minas Gerais, para transformar os índios em cidadãos úteis, dever-se-iam priorizar os investimentos no sustento e na educação civil e repartir as crianças entre mestres carpinteiros, pedreiros, telheiros, ferreiros, sapateiros e alfaiates, para que aprendessem uma profissão bem cedo (PARAÍSO, 2011, p. 92).

Assim muitos *Kurukas* foram enviados para zonas de conflito, pois as autoridades os viam como futuros soldados, provocando descontentamento entre os colonos, pois os mesmos os queriam trabalhando nas lavouras e casas. O próprio Diretor-Geral dos Índios no ES, o Tenente João A. Lisboa, apoiava este desejo dos colonos:

SANTOS, Jilnete Silva; SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Crianças indígenas no Sul da Província da Bahia Oitocentista: notas para uma história das crianças indígenas no Extremo Sul Baiano. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 2, p. 23-39. 2023.

Lisboa afirmava ser mais fácil obter órfãos de pai e mãe, pois os parentes, com alguns agrados e dádivas, os cediam, tendo sido essa a tática que usara para obter a maioria dos que distribuiria “para serem civilizados” (PARAÍSO, 2011, p. 92)

Às solicitações da Corte em obter os (as) *Kurukas*, o Capitão Marlière apontava as dificuldades pela longa viagem e caso fossem levados, sugeria “que os indiozinhos não fossem separados para que não esquecessem sua língua materna [...] pois, se isto ocorresse, não conseguiria atingir o objetivo, que era fazer com que retornassem a suas aldeias para catequizar seus congêneres” (PARAISO, 2011, p.92). Marlière foi afastado da função em 1829, acirrando o descontrole sobre o comércio de *Kurukas* aos particulares, ao longo das décadas seguintes, 1830 e 1840.

A ida de *Kurukas* em 1832 para uma escola de indígenas dos dois sexos, entre cinco e doze anos, foi destinada aos Capuchinhos italianos. O próprio Lisboa informava a quantidade de crianças que entregara; das 72 crianças, 42 eram meninos. Como mostrada as negociações, ora entre particulares, ora entre amigos e autoridades, sendo a preferência pelo sexo masculino. Assim, para ele os indígenas que ressurgissem no Vale do Rio Doce, apresentavam-se pacíficos e como agricultores, o que devia essa educação pela criação por pessoas ‘finas’. Outra função esperada era formar *Kurukas* como ‘línguas’:

A atuação de antigos *kurukas* como “línguas” e negociadores era muito valorizada e usada, sendo comum seus constantes deslocamentos pelas províncias, pois deveriam atuar onde fossem necessários desvinculando-se cada vez de suas sociedades e transformando-se em agentes da sociedade nacional (PARAÍSO, 2011, p. 93).

Considerando todos os contratemplos da administração indígena, pela década de 1840, o objetivo era preparar indígenas na substituição de mão de obra africana, uma vez que na região Sul da Província da Bahia essa mão de obra era escassa. Para tanto, tornou-se necessário retomar o projeto de catequese. Assim, este último foi iniciado em 1841, com Decretos, como o de nº. 426 de 1845, sendo os missionários, responsáveis novamente pela educação e conversão dos (as) *Kurukas*, para depois serem enviados a novos aldeamentos e à invasão de territórios.

Com a Lei de Terras de 1850 a 1860, o trabalhador indígena foi sendo aos poucos deixado de lado e os interesses voltados para a retomada de terras dos aldeamentos pela força ou uso das leis, segundo relatou Paraíso (2006):

Desde então sucederam os massacres e os poucos sobreviventes, particularmente as crianças, foram distribuídas entre os fazendeiros locais, sendo os adultos vendidos como escravos no Jequitinhonha ou no próprio Mucuri (PARAISO, 2011, p.94).

Através das análises da pesquisa de Paraíso, percebemos que o morticínio de indígenas nunca visto foi um processo complexo de negociações coloniais, sendo favorável anunciar as mortes por motivo das epidemias.

Em meio ao intenso processo de conflitos e negociações, em 1860 o governador da província da Bahia determina o agrupamento forçado de toda a população indígena da região, num lugar próximo à foz do Rio Corumbau, onde em 1861 é instituído um aldeamento pelo Cônego Ignácio de Souza Meneses, Vigário Capitular, aos cuidados da Ordem Franciscana dos Capuchinhos, que seria no mesmo território do aldeamento Bom Jardim de Monte Pasqual, “[...] que existe pelo menos desde 1815-1817, onde para lá foram arregimentados não apenas Pataxó, mas outros grupos que resistiam ao processo de colonização como os Botocudo, Aymoré, Tupiniquim, Kamakã, Meniã e Massajais, aldeamento que veio depois a se chamar atual Barra Velha”. (SILVA, 2017, p. 204)

A exploração do trabalho indígena, principalmente o uso das crianças, foi um projeto perverso, tudo isso impactou decisivamente os povos indígenas, especificamente na região que se entende atualmente como o Extremo Sul da Bahia.

Repensar a questão da escravidão indígena e revelar a frequência do tráfico de crianças indígenas é, também, reavaliar a história deste país e o papel que foi reservado a estes segmentos na construção econômica do país, particularmente nas áreas de fronteira. É portanto, superar a visão restrita da análise histórica que reduz esses temas e os direitos apenas aos escravos de origem africana e seus descendentes (PARAÍSO, 2006, p.90).

O foco destas notas historiográficas faz-se relevante não somente para chamar a atenção para a escravização das crianças indígenas.

### **Considerações finais**

Problematizar as lacunas e as ausências nos estudos historiográficos sobre as crianças e infâncias indígenas no Sul da Província da Bahia também diz respeito aos/as professores/as lotados/as nas escolas periféricas das cidades do atual Extremo Sul baiano, recebendo crianças indígenas oriundas da região. Diz respeito aos/as pesquisadores/as das universidades, tendo em vista a circulação de crianças indígenas, e que muitas vezes não têm as identidades reconhecidas e respeitadas.

As lacunas e as ausências acerca das crianças indígenas na história do Extremo Sul baiano ainda se fazem presentes, sendo esse estudo um primeiro passo. É um grande desafio, para ser continuado e aprofundado, diante da escassez de fontes sobre estes temas. Tratar de



crianças e de crianças indígenas, atravessa a construção de nossas subjetividades, afeta nossos sentimentos e nos convoca à construção de uma sociedade antirracista.

## Referências

BATISTA, Geovanda: infância e poder. In: SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes (Org.). **Crianças, infâncias e Educação Infantil**. 1 Ed. Curitiba: CRV, 2015.

BORGES, Luzineide Miranda. **#Soudoaxé**: redes educativas e o ciberativismo da Juventude de Terreiro da nação Ijexá. Tese (Doutorado em Educação). ProPED, UERJ, 2019.

FRANCHETTO, Bruna. As línguas indígenas. In: **Cadernos da TV Escola Índios no Brasil**, 1999, Brasília.

KÖENIGSWALD, Gustav von. Die Corôados im Südlichen Brasilien. In.: **Globus**. Braunschweig, v. 94, 1908. [Trad. para o Instituto Anchieta de Pesquisas].

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de Kurucas na Bahia, Espírito Santo e Mina Gerais. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.41-105, jul./dez. 2006.

O DESPERTADOR. **Desterro**, anno 20, n. 2013, 8 jul. 1882.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kurukas no mercado Colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. 2011.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. Morrer, se preciso for, matar, nunca: escolarização, civilidade e integração entre os Pataxó. In.: ZAPAROLI, Witembergue Gomes (Org.). **Caminhos e encontros na educação de indígenas**. Imperatriz: Ethos, 2017.

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. **Horizontes Antropológicos**, vol. 25, nº.53, 2019.